



O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



CRISE BRASILEIRA NÃO SERÁ RESOLVIDA COM MEDIDAS PALIATIVAS OU CONCILIAÇÃO DE CLASSE

PG.2

PG.8

SOBRE A GUERRA ÀS DROGAS: IMPERIALISMO, SAÚDE PÚBLICA E MILITARIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA

CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS E SUAS CONTRADIÇÕES REAIS: UM OLHAR PARA ALÉM DOS LIMITES DE CUSTO E VARIEDADE DE SELOS

PG.10

PG.12

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UESB

**ENTREVISTA DO MOMENTO
RENATA REGINA ABREU**

PG.14

PG.17

HAITI, SOBERANIA VIOLADA

**ESPAÇO CULTURAL
GAL COSTA**

PG.19

PG.21

MEMÓRIA - ASTROJILDO PEREIRA - O MAIOR HOMEM DE SUA TERRA

Crise brasileira não será resolvida com medidas paliativas ou conciliação de classe



Foto: pcb.org.br

Por Edmilson Costa

Dia 30 de outubro pode ser considerada uma data histórica no Brasil, porque neste dia a maioria do povo brasileiro sentiu um enorme alívio e imensa alegria por ter derrotado eleitoralmente o neofascismo. Não foi uma tarefa fácil porque o inimigo utilizou de todas as manobras para continuar no poder, tais como o uso integral da máquina governamental para ganhar votos, a liberação de benefícios assistenciais às vésperas das eleições, a utilização de prefeitos, governadores e empresários assediando os trabalhadores e beneficiários do Bolsa Família a votar no genocida, a rede de igrejas pentecostais transformando o púlpito em comitê eleitoral, uma milícia especializada em espalhar fake news contra a oposição, além da Polícia Rodoviária Federal realizando blitzes nos Estados do Nordeste, onde Lula tinha grande vantagem, para intimidar eleitores, dificultar a votação e reduzir o número de votantes. Mas o povo brasileiro soube encontrar forças para impor sua vontade à máquina infernal da extrema-direita e infringir uma derrota a Bolsonaro, com repercussões tanto interna quanto internacionalmente.

A vitória de Lula viabiliza a garantia das liberdades democráticas nos próximos anos, quando as forças de esquerda poderão lutar em melhores

condições tanto contra eventuais ataques aos trabalhadores quanto em busca de um novo rumo para o país na perspectiva do poder popular e do socialismo. A derrota de Bolsonaro também deverá produzir uma mudança na conjuntura, não só no que se refere ao ambiente político, nas pautas governamentais, mas principalmente na retirada dos fascistas do aparelho do Estado.

Os últimos quatro anos foram terríveis para o povo brasileiro. O governo realizou um permanente ataque aos trabalhadores e trabalhadoras, indígenas, quilombolas e à juventude pobre e preta das periferias, tendo sido o principal responsável pelas mais de 680 mil mortes na pandemia, ao atrasar a compra de vacinas e fazer propaganda de medicamentos ineficazes. Além disso, foi um governo que legalizou o uso de armas, especialmente para suas milícias, desenvolveu uma política de ódio entre a população, uma pauta de costumes ultrarreacionária, como o racismo, o preconceito contra as mulheres, os nordestinos, gays, além da destruição do meio ambiente.

Realmente, essa foi uma vitória importante, mas não podemos nos contaminar pela euforia porque os próximos meses e anos serão marcados pelo acirramento da luta de classes. O inimigo foi

derrotado nas eleições, mas ainda conta com apoio entre vastos setores da burguesia, especialmente na área do agronegócio, sistema financeiro, transporte de carga e a pequena burguesia do comércio e serviços, em setores das Forças Armadas, das polícias militares, de setores médios urbanos assustados pela propaganda anticomunista e ainda parcelas do proletariado e do lumpesinato, além de apoio institucional no Congresso e entre governadores de vários Estados.

Os bloqueios das estradas logo após o anúncio do resultado eleitoral, as manifestações em frente aos quartéis, a violência nas ruas contra manifestantes que votaram em Lula são apenas a ponta mais visível do iceberg da tentativa da extrema-direita em deslegitimar as eleições e desestabilizar o futuro governo. Até agora as ações desesperadas desses setores fracassaram em função da falta de maior apoio interno e externo, além do fato de que um golpe nessa conjuntura não teria condições objetivas de sustentação, mas essas forças deverão manter um prolongado período de provocações buscando tumultuar a conjuntura.

Não podemos também esquecer que a vitória de Lula não encerra a crise orgânica do capitalismo brasileiro, que se expressa na crise econômica, social e política atual. A disputa acirrada entre Lula e Bolsonaro é apenas a face mais dramática dessa crise. Quais são os principais vetores da crise orgânica: primeiro, o país registra há quatro décadas um processo de estagnação econômica. Se levarmos em conta que a economia brasileira cresceu a uma média de 6% ao ano entre 1930 e 1980, essa performance a partir dos anos 80 é inteiramente atípica, com impactos devastadores, tais como um processo de regressão industrial, atraso em relação às fronteiras tecnológicas do capitalismo atual, como tecnologias da informação, inteligência artificial, engenharia genética e biotecnologia, nanotecnologia, microeletrônica, entre outros. Essa regressão abriu espaço para o aumento da influência dos setores agrário-exportadores, bem como àqueles ligados às atividades baseadas na renda da terra, na economia e na política do país. Como sabemos, a dinâmica econômica virtuosa de uma nação deve ter como motor principal a atividade industrial, a única que gera valor. Quando esse setor desacelera, ocorrem os impactos negativos em todas as outras variáveis da economia.

Segundo, um dos impactos mais dramáticos dessas quatro décadas de regressividade pode ser verificado na área social. O desenvolvimento industrial brasileiro foi realizado não só em marcha forçada, mas principalmente com enorme restrição salarial, o que resultou numa economia de baixos salários, especialmente com o golpe militar de 1964, que aprofundou a miséria no país. O processo de desigualdade social se acelerou de maneira acentuada com a implantação do neoliberalismo a partir do início da década de 90 e chegou a níveis

dramáticos após o golpe de 2016, especialmente com o governo Bolsonaro. Atualmente o Brasil possui 33 milhões de pessoas passando fome, disputando ossos e pelancas de carne nos lixões, 36 milhões de trabalhadores na informalidade e cerca de 18 milhões de desempregados, se somarmos o desemprego oficial com o desemprego oculto, além de milhões de sem teto, sem terra e outros tantos milhares vivendo como mendigos nas cidades. O levante social de 2013 já tinha escancarado a situação social do país, mas esse quadro se tornou muito mais grave nos últimos nove anos com os ataques à classe trabalhadora e a precarização do trabalho, recessão e desemprego promovidos pelos últimos governos.

A crise econômica e social se tornou mais grave em função da crise sistêmica do capitalismo mundial, cujos reflexos no Brasil foram bastante severos, levando à grave crise política, particularmente quando o boom das commodities desacelerou e as classes dominantes brasileiras exigiram um ajuste econômico e social radical do governo do Partido dos Trabalhadores, o qual, em função de sua base social, não estava em condições de realizar na velocidade e profundidade exigida pelo chamado mercado. Foi nessa conjuntura que a burguesia organizou o golpe, tendo como mote a surrada luta contra a corrupção encabeçada pela Operação Lava a Jato. Posteriormente se descobriu que essa operação não passou de um conluio criminoso entre as classes dominantes, um juiz ladrão e procuradores inescrupulosos para derrubar Dilma Rousseff, prender Lula, afastá-lo da disputa eleitoral, abrir espaço para o ajuste radical realizado pelo governo Temer e, posteriormente, para a eleição de Jair Bolsonaro, cujo governo aprofundou ainda mais a barbárie social.

Em síntese, a crise brasileira não é uma simples crise cíclica, mas uma crise orgânica profunda que não pode ser resolvida com a conciliação de classe nem com medidas paliativas. São quatro décadas de estagnação econômica, uma pobreza urbana próxima à explosão e um sistema político desmoralizado perante a população. Como toda grande crise, a crise brasileira também não pode se arrastar indefinidamente. Não existe crise sem saída e a nossa crise está exigindo uma saída.

O velho modelo desenvolvimentista dos anos 50 do século passado, ao estilo tropical, se esgotou, e o neoliberalismo fracassou rotundamente, além do fato de ter agravado todas as mazelas resultantes do capitalismo brasileiro. Estamos diante de um país que está entre as dez maiores economias do mundo, com o segundo maior proletariado do continente, com terra e água em abundância, sol o ano inteiro, com todas as matérias-primas necessárias ao desenvolvimento econômico. Um país com essas características não pode conviver por muito mais tempo com a maioria da população vivendo na pobreza ou na miséria sem que essas contradições se expressem em uma luta social aberta.

Mesmo diante da crise e do fracasso do neoliberalismo, as classes dominantes continuam aferradas ao mantra neoliberal do tripé macroeconômico – ajuste fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante – e dane-se a população. Em 2013 os manifestantes exigiam saúde, educação, transporte e emprego de qualidade, mas essas reivindicações não foram atendidas e a partir daí o estoque de problemas sociais aumentou dramaticamente em consequência da radicalização das políticas neoliberais contra os trabalhadores. Esse caldeirão social na próxima vez que explodir fará com que o levante de 2013 pareça um período de festa junina, com o risco de ser apropriado de forma ainda mais perigosa pelas forças da extrema-direita.

Portanto, o novo governo Lula, pela própria composição da frente constituída para disputar as eleições, se encontra diante de uma encruzilhada, em função da acirrada disputa pelos rumos do novo governo que se dará daqui para a frente. Mesmo antes de Lula assumir, a burguesia tenta de todas as formas sequestrar a pauta econômica do novo governo visando manter o velho modelo que já foi abandonado em várias partes do mundo e se utiliza de todas as chantagens para preservar seus interesses, buscando colocar na Fazenda um ministro que siga seu receituário neoliberal.

De outro lado, a eleição de Lula criou extraordinárias expectativas na militância e nos movimentos sociais e populares. Todos com grande expectativa de mudanças. Caso não sejam contempladas, haverá muita frustração e poderá ocorrer uma mudança de ânimo desses movimentos em direção à luta, até mesmo porque ainda se guarda na memória o estelionato eleitoral do segundo governo Dilma, quando um banqueiro foi nomeado para a Fazenda e implementou a política neoliberal com os resultados que todos conhecemos. Essa tensão constante entre a burguesia querendo preservar seus interesses e o movimento social e popular buscando mudanças marcará o governo Lula ao longo dos próximos quatro anos, numa conjuntura que sofrerá ainda a presença nefasta das forças de extrema-direita.

De olho na conjuntura internacional

Além disso, é bom lembrar que o Brasil é parte do sistema imperialista mundial e o próprio sistema internacional do capital vive uma grave crise, oriunda tanto de suas próprias contradições, como também da disputa geopolítica que se coloca na ordem do dia no plano internacional. Há atualmente uma disputa estratégica pela construção de uma nova ordem internacional entre China-Rússia-Eurásia e Estados Unidos, União Europeia e OTAN. Parte do destino da geopolítica mundial se joga na guerra da Ucrânia, na qual a Rússia enfrenta não somente a Ucrânia mas os países da OTAN, que realizam uma guerra por procuração através do fornecimento de suporte

financeiro, com os armamentos mais sofisticados, inteligência e treinamento de soldados ucranianos e mercenários em vários países da Europa.

O resultado desse conflito terá um impacto profundo nas relações internacionais. Uma derrota da Rússia pode representar a destruição dessa nação multiétnica, com seu desmembramento em várias republiquetas como ocorreu na Iugoslávia. Uma derrota dos EUA-UE-OTAN pode significar a perda do monopólio da força por parte da OTAN, com o provável aprofundamento da decadência do império estadunidense e da velha ordem construída após o pós-guerra.

Com a guerra da Ucrânia, o imperialismo impôs um conjunto de sanções contra a Rússia, que incluíram o seu desligamento do sistema financeiro internacional, o confisco das reservas russas nos bancos ocidentais, a proibição de importações e exportações de produtos da Rússia, inclusive com a retirada de várias empresas ocidentais do país, entre outras medidas. O objetivo das sanções era desmontar a economia russa e colocar a Rússia de joelhos diante do Ocidente. No entanto, o tiro saiu pela culatra, pois as sanções não produziram os efeitos desejados e ainda resultaram numa espécie de efeito bumerangue.

A Rússia tomou uma série de medidas, como o controle do câmbio e a venda de todos os seus produtos em rublo, bem como direcionou suas exportações para a Eurásia e países que não participaram do boicote, grande parte desses produtos negociados em também em moedas locais. Vale ressaltar que a Rússia é a maior exportadora de gás, um dos maiores exportadores de petróleo, fertilizantes, além de outras matérias-primas fundamentais para a indústria do Ocidente. Rapidamente, os russos reorganizaram sua economia diante da nova conjuntura internacional, enquanto as nações capitalistas lideradas pelos EUA, principalmente na Europa, começaram a sofrer as consequências das sanções impostas à Rússia.

Com o fim das exportações de gás e petróleo para a Europa, começaram os problemas, pois os europeus dependiam em cerca de 40% do gás russo, que até então era vendido a um preço bem menor que o praticado no mercado internacional, em consequência dos contratos de longo prazo. A consequência direta do boicote foi o aumento extraordinário dos preços do gás na Europa e agora parte desse produto é vendida pelos Estados Unidos a um preço bem maior, além do fato de que a guerra repercutiu também no aumento dos preços dos alimentos. Como resultado, veio a inflação, que já é a maior dos últimos 40 anos, bem como a quebra de empresas e a ameaça de recessão econômica por todo o continente.

Os Estados Unidos também estão sofrendo com as sanções, não só em função de seus problemas internos, como a crise econômica e a inflação acelerada, mas especialmente porque os

gastos com a guerra na Ucrânia já começam a ser questionados internamente, tendo em vista que as sanções produziram efeito contrário ao esperado pelos Estados Unidos. Todos esses problemas estão levando o imperialismo a aumentar cada vez mais a pressão para que todos os aliados se incorporem à política de boicote à Rússia, até agora sem os resultados desejados. Vale destacar ainda que, na verdade, o inimigo estratégico dos Estados Unidos é a China, cuja economia vem sendo também boicotada, mas que tem demonstrando elevado grau de desenvolvimento econômico e tecnológico. A estratégia dos Estados Unidos era quebrar a economia russa, país com imenso poder nuclear e aliado da China, e assim tornar os chineses mais vulneráveis na disputa geopolítica internacional. Não está dando certo.

O que isso tem a ver com o Brasil? O Brasil não pode ficar neutro nessa disputa entre um mundo unipolar ou multipolar. Tudo indica que Lula seguirá a política externa do período anterior, com fortalecimento dos BRICs, da Celac, da multipolaridade, bem como do estreitamento das relações com a China, principal parceiro comercial do Brasil. Em condições normais essa posição política do Brasil poderia até ser aceitável para os Estados Unidos, mas diante de uma crise econômica mundial, da disputa com a China e seus aliados, da guerra na Ucrânia e da suposição de que a América Latina é o seu pátio traseiro, o imperialismo não vai assistir de braços cruzados uma política externa independente de um país do porte do Brasil. Portanto, além dos impactos que a crise econômica mundial poderá trazer e dos problemas internos que o governo terá que resolver, teremos ainda as pressões dos Estados Unidos por um alinhamento automático do Brasil à sua política internacional.

Não podemos ter nenhuma ilusão em relação ao imperialismo, que é capaz de tudo para defender seus interesses. Caso seja contrariado, poderão vir as conspirações, as sabotagens e tentativas de desestabilização do governo. Aí então é que mora o perigo, pois a burguesia brasileira, que sempre foi aliada do imperialismo, pode também conspirar para a saída de Lula. Já tem até o homem perfeito para a sucessão – Geraldo Alckmin, que não é tão desmoralizado quanto Temer ou um troglodita como Bolsonaro. Isso pode até não ocorrer, mas é sempre bom pensar em todas as possibilidades para evitar surpresas ou frustrações!

Um novo período de muitas lutas

O novo período que se abre na conjuntura brasileira será marcado por uma intensa trajetória de lutas sociais e populares, tanto contra a estrutura neofascista bolsonarista e contra a burguesia, quanto por mudanças profundas no país. A derrota eleitoral de Bolsonaro foi apenas o primeiro passo da luta contra o bolsonarismo que, como expressão

política organizada, é um fenômeno novo na sociedade brasileira. Trata-se de uma organização criminosa com largos tentáculos internacionais, conta com apoio expressivo de setores da burguesia, entre parcela dos militares e, inclusive, em setores do proletariado e das camadas médias. Possui aparato financeiro expressivo, uma estrutura de comunicação digital extraordinária e apoio nas igrejas pentecostais e católicas conservadoras. Não hesita em promover badernas, violência, provocações, disseminar fake news para atingir seus objetivos e tumultuar a conjuntura. Trata-se de um movimento que age de maneira diferente da direita tradicional, não possui nenhum escrúpulo, é um inimigo cuja ética é o vale tudo para atingir seus objetivos. Portanto, não podemos combatê-lo com os mesmos métodos usados contra a velha direita e muito menos podemos imaginar um combate apenas na esfera institucional.

A nossa experiência tem demonstrado que o combate a essa extrema-direita, desde as manifestações do dia 29 de maio, deve ser feito principalmente com a pressão organizada das massas nas ruas, nos locais de trabalho, moradia e estudo. Só as massas nas ruas têm condições não só de combater o bolsonarismo, mas especialmente de mudar a correlação de forças em favor dos interesses populares. Privilegiar a institucionalidade para combater o neofascismo é o primeiro caminho para a derrota. Até mesmo no período eleitoral isso ficou demonstrado claramente.

A tática de jogar parado, o mote de que o amor vai vencer o ódio ou mesmo a propaganda de lembrar um passado de fartura e mel não surtiu nenhum efeito no primeiro turno das eleições presidenciais. Pelo contrário, o bolsonarismo surpreendeu tanto na eleição presidencial quanto nos pleitos estaduais, elegendo uma grande bancada conservadora e governadores nos três principais Estados brasileiros. Somente com a mudança de tática no segundo turno, quando se percebeu a necessidade de colocar as massas nas ruas, foi possível derrotar Bolsonaro. Essa é uma experiência que deveremos ter como norte nas lutas futuras não só contra a extrema-direita, mas também contra a burguesia e contra a política de conciliação de classes.

De nossa parte, faremos todo o possível para colocar bem alto a palavra de ordem das massas nas ruas para realizar as mudanças e abrir espaço para as transformações sociais. A crise orgânica do capitalismo brasileiro não será resolvida com a conciliação de classes nem com medidas paliativas porque a truculenta burguesia brasileira já demonstrou seguidas vezes que não está disposta a ceder em nada. Ela se sustenta com base na superexploração dos trabalhadores, na precarização do trabalho, nos baixos salários e convive tranquilamente com a barbárie social em que estamos vivendo. Além disso, em períodos de crise aguda, a margem para conciliar os interesses dos trabalhadores com os da burguesia torna-se muito estreita.

Só uma mudança clara na correlação de forças em favor das classes populares será capaz de abrir espaço para a realização das mudanças profundas de que o povo trabalhador necessita. Essa mudança só pode ocorrer quando milhões decidirem colocar na ordem do dia os seus interesses, quando milhões forem capazes de impor nas ruas e nos locais de trabalho a força de sua maioria social. Esta não é uma tarefa fácil, mas se não colocarmos como tarefa central da esquerda nessa nova conjuntura a luta pela mudança na correlação de forças, mais uma vez veremos ocorrer o pacto das elites tão comum em nosso país.

Sabemos também que o próximo período será marcado por uma disputa ideológica muito intensa entre aqueles que querem pôr um freio no movimento operário e popular, com receio de contrariar os aliados, e as forças que querem construir um poderoso movimento de massas, com independência política e orgânica em relação ao Estado e à burguesia, como forma de obter as necessárias transformações sociais. O resultado dessa disputa terá um papel importante sobre os rumos do governo e o destino do país nos próximos anos.

Nessa nova conjuntura é fundamental a reorganização do movimento sindical, que hoje não está mais à altura da necessidade da luta de classes, bem como é importante a reorganização dos movimentos de juventude e de suas entidades, de forma que possam ter o mesmo papel histórico que tiveram nos momentos mais definitivos da história do país. Outro setor que precisa de reorganização é o movimento dos bairros, que teve protagonismo nos anos 80, mas que perdeu esse protagonismo e hoje se encontra aparelhado por interesses que não têm nada a ver com as necessidades das populações que moram nessas regiões. Ou seja, a reconstrução do movimento operário e popular é parte fundamental da construção de um grande movimento organizado de massas.

Uma plataforma para o próximo período

A construção de um grande movimento popular não cai do céu nem surge por geração espontânea. É um fato da vida que o movimento operário entrou em refluxo entre 2016-2021 (Tabela 1), em consequência da cooptação das direções sindicais e populares pelo social-liberalismo, do golpe de 2016 e da ofensiva contra os trabalhadores, bem como do enorme exército industrial de reserva resultado da crise econômica. Nessas novas condições da crise brasileira, é urgente a emergência de novos sujeitos revolucionários, tanto na área sindical, popular e partidária, com propostas que estejam em aderência ao novo ritmo da luta de classes que se abrirá no próximo período. Está evidente que as principais direções dos movimentos sindical, popular e de juventude falharam miseravelmente, estão acomodadas, buscando apenas a sobrevivência nos

aparelhos que dirigem e não dispõem de condições de liderar um novo ciclo de lutas.

Setores	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Funcionários Públicos	979	728	718	523	192	80
Empresas Estatais	121	86	73	43	39	31
Empresas privadas	986	746	655	548	417	252
Total	2.093	1.566	1.453	1.118	649	366

Fonte Dieese – Balanço de greves (vários números)

Em outros termos, tanto a pandemia e o desemprego quanto os violentos ataques de Temer e Bolsonaro aos trabalhadores levaram ao refluxo das lutas, mas não é difícil constatar que existe, mesmo que ainda difusa, uma enorme insatisfação da população diante de suas péssimas condições de vida. Essa insatisfação foi contida pelas vicissitudes da conjuntura mas agora poderá emergir com intensidade, uma vez que as amarras que a continha estão desobstruídas. Ao longo da história, nenhuma sociedade deixou de lutar quando a crise chegou a um limite insuportável. E a crise brasileira está chegando ao limite do insuportável.

É preciso agir no sentido de que o próximo período seja marcado pela entrada em cena do movimento operário e popular, especialmente porque agora o movimento não está mais envolvido na disputa eleitoral. A provável retomada do crescimento econômico e do emprego e as novas condições políticas do país abrem para o movimento operário e popular a possibilidade de se colocar na ordem do dia com toda a potencialidade represada após esse ciclo de refluxo.

Como a história nos tem ensinado, nos ascensos da luta de massas, pela própria dinâmica dessas lutas, surgem novas lideranças proletárias, novas lideranças sociais. Portanto, esse será o momento ideal para as forças revolucionárias, que vêm há tempos realizando uma luta renhida contra o reformismo e alertando para a necessidade da luta popular, estreitar seus laços com essas novas lideranças, tanto por suas propostas quanto pela força moral do reconhecimento dos anos em que navegou na contramão da política conciliadora. Para essa nova etapa, é necessário ousadia revolucionária, muito trabalho de base, aliado a uma plataforma concreta com propostas viáveis que falem diretamente sobre as necessidades mais urgentes das massas, que busque organizá-las para a luta e, num momento posterior, possa costurar as medidas emergenciais com propostas estratégicas que apontem no sentido das transformações estruturais.

É fundamental no próximo período desenvolver a agitação e propaganda em torno de um conjunto

de propostas emergenciais que caem fundo no coração e na mente das massas, como emprego para todos, jornada de trabalho de 30 horas sem redução de salários, reajuste do salário-mínimo acima da inflação e recuperação das perdas salariais do período neoliberal, fim do teto dos gastos e da Lei de Responsabilidade Fiscal e introdução da Lei de Responsabilidade Social para liberar recursos para saúde, educação, transporte e moradia, reforma agrária e urbana, além da revogação de todas as contrarreformas, especialmente as reformas trabalhista e previdenciária. Essas medidas devem ser combinadas, quando as massas estiverem em movimento, com medidas mais estruturais como estatização do sistema financeiro, revogação das privatizações, além de uma política de desenvolvimento voltada para os interesses populares. Esse conjunto de propostas é um bom pontapé inicial para o debate sobre um programa estratégico dos trabalhadores rumo à construção do poder popular e do socialismo.

É bem verdade que o peleguismo cor-de-rosa vai procurar de todas as formas frear o debate e, especialmente, a organização das massas. Esses setores têm também fortes laços formais com o proletariado porque ainda dirigem a maioria de suas entidades, mas a relação direta com as massas como ocorria no passado não existe mais. Além disso, a crise brasileira, como momento da verdade para todos, se encarregará de demonstrar a incapacidade desses novos pelegos de liderar o novo ciclo de lutas porque estão viciados nos acordos de gabinete, na conciliação de classes e na acomodação diante das necessidades da luta de classes. Perderam a capacidade de lutar e vão alegremente ser cooptados pelo governo, como foram no ciclo anterior. Tanto o ciclo anterior petista quanto os anos de ofensiva reacionária demonstraram a covardia e a incapacidade desses dirigentes de organizarem a luta dos trabalhadores. Por isso, a necessidade estratégica da reorganização do movimento operário e popular nesse ciclo que se abre com a eleição de Lula.

Independentemente do que aconteça no governo Lula, a luta de classes não vai tirar férias. O novo governo, em função das alianças que realizou para disputar as eleições, terá pouca margem de manobra para tomar as medidas necessárias à solução dos problemas centrais colocados pela crise. Para tanto, teria que romper com o bloco que o elegeu, o que é bastante improvável. Além disso, há ainda a crise econômica mundial, que deverá ter também impactos negativos na economia brasileira. O mais provável é que seja realizado um programa mais rebaixado que no ciclo anterior, com medidas de compensação social como no passado, mas sem romper com os fundamentos do modelo neoliberal. Numa nação como o Brasil qualquer alívio na vida do povo é bem-vinda e tem uma repercussão favorável junto à população, mas a crise orgânica do capitalismo brasileiro precisa ser resolvida e não será com medidas paliativas que se colocará o país em um novo rumo.

Nessa conjuntura, os comunistas deverão colocar todos os seus esforços com vistas à reorganização do movimento operário, popular e da juventude, intensificar o trabalho de base junto aos trabalhadores, em aliança com outras organizações de esquerda, na perspectiva da construção de uma frente social e política classista que reúna todos os movimentos sociais, populares e de juventude que estejam dispostos a disputar nas ruas e locais de trabalho o destino da nova conjuntura brasileira. No que se refere especificamente aos comunistas, é fundamental colocar em movimento todo o Partido e nossos Coletivos de luta para cumprir essa tarefa histórica que a luta de classes está nos colocando. Tenho absoluta confiança de que a nossa militância, mais uma vez, estará à altura desse novo desafio. Ousar lutar, ousar vencer!

Edmilson Costa é secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Texto publicado originalmente em pcb.org.br

EXPEDIENTE



Jornalista responsável
Milton Pinheiro MTB 72.595/SP
Conselho de Redação
Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires, Alexandre Mask, e João Abreu
Editora
Camila Oliver

contato@omomento.org | www.omomento.org



o m o m e n t o b a

Diagramação e Capa
João Abreu
Colaboradores desta edição
Edmilson Costa, Bruno de Azevedo, Rafael Portugal e Guilherme Corona
Revisora responsável
Camila Oliver

www.omomento.org

SOBRE A GUERRA ÀS DROGAS: IMPERIALISMO, SAÚDE PÚBLICA E MILITARIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA



Imagem: op23 - Unsplash

Por Rômulo Caires

Em 1971, o então presidente dos EUA, Richard Nixon, declarou que o uso e o abuso de drogas ilegais era o “inimigo público número um” do país e conclamava o Congresso norte-americano por maiores investimentos e intervenções para sanar o problema. Deste então, o termo “Guerra às Drogas” tem sido aplicado à um conjunto de ações que relacionam proibição de drogas, ajuda e intervenção militar para impedir ou reduzir a produção e comercialização de determinadas substâncias psicoativas.

O primeiro aspecto que devemos considerar para compreender a gênese da “Guerra às Drogas” é que o consumo de substâncias psicoativas nem sempre foi regulado institucionalmente e nem as formas de regulação passaram necessariamente pela intervenção médica. O uso de substâncias psicoativas atravessa a história da humanidade e muitos foram os modos de “controle social” deste uso. Foi apenas no início do século XX que ele se tornou um [“problema médico”](#).

O marco inaugural da regulação do uso de substâncias psicoativas como uma questão médica, ou mais precisamente como uma questão de “saúde pública” foi a Conferência de Haia de 1912. Não houve ainda proibição da produção, venda e consumo de qualquer substância, mas a formulação de que “o uso não medicinal [de drogas] é patológico em si”. Com essa conferência se desenvolveu uma tendência progressiva de recriminação do “uso recreativo”

de substâncias psicoativas e a defesa estrita do “uso médico”.

Ganhava força a imagem de que substâncias como o ópio e a morfina desencadeavam problemas de saúde pública e que necessitavam de controle rigoroso. Nesta época, já existia em circulação a vinculação entre abuso de substâncias psicoativas e a presença de determinados grupos de imigrantes e/ou minorias étnicas. Tal vinculação, de corte xenofobo e racista, relacionava, por exemplo, uso de maconha nos EUA com imigrantes hispânicos, ópio com chineses, cocaína com negros e o álcool com irlandeses e italianos. No Brasil, o uso de maconha já era associado com os negros praticantes de capoeira desde o século XIX.

A aprovação da Lei Seca nos EUA em 1919 pode ser considerada a primeira grande vitória dos adeptos da criminalização e repressão do uso de drogas, tornando ilegal a produção, comércio e consumo de álcool. Apesar de revogada em 1933, a Lei Seca deixou como legado o fortalecimento de grupos ilegais ligados ao tráfico e a extensão do modelo proibicionista para uma série de outras substâncias, como a maconha e a cocaína. Notemos que há uma certa ordem lógica que precede o proibicionismo: primeiro tratou-se de moralizar o uso de substâncias psicoativas, em seguida tratou-se de estabelecer as condições de uso consideradas “higiénicas” em contraste com o “uso recreativo” e pos-

teriormente com a proibição total de um conjunto de drogas psicoativas é que a questão sanitária se transformou em problema de segurança pública, [majoritariamente fundamentado em concepções racistas](#), que demonizavam aqueles que usavam e/ou negociavam tais substâncias.

O proibicionismo se generalizava e ao mesmo tempo já demonstrava que o suposto objetivo de impedir a venda e o consumo de drogas ilícitas não se efetivava. Ao contrário, apenas impulsionou que tais ações fossem realizadas por meios às margens da lei. Assim, se a “questão das drogas” sequer era um problema antes do século XX, passou a ser considerada, desde então, como uma verdadeira ameaça às sociedades “civilizadas”. É muito importante notarmos, como já pudemos demonstrar em [textos anteriores](#), que a Medicina e as práticas de saúde não são neutras e a suas intervenções na chamada “questão das drogas” contribuiu decisivamente para racializar, naturalizar e transformar problemas complexos em “problemas médicos”, dando os contornos “científicos” das práticas proibicionistas.

Após a Segunda Guerra Mundial, temos uma mutação do fenômeno que analisamos. Houve um grande aumento da demanda por drogas ilícitas e uma verdadeira internacionalização dos mecanismos de produção e distribuição. Ao mesmo tempo, é construída uma espécie de agenda internacional da diplomacia proibicionista, restringindo cada vez mais o número de substâncias consideradas legais, fortalecendo o controle daquelas com algum uso medicinal e banindo todas as drogas incompatíveis com os parâmetros de saúde elencados. Não será objeto deste artigo a discussão aprofundada dos debates médicos em torno do uso de substâncias psicoativas. Porém, é necessário frisar, como já foi dito anteriormente, que muito mais do que uma autêntica preocupação com a regulação e criação de modos saudáveis para usufruir tais substâncias, as operações visavam principalmente agrupamentos sociais considerados “indesejáveis” no jogo geopolítico que se desenhava.

Voltamos então aos anos de 1970 e a consolidação da chamada “Guerra às Drogas”. Se, após a Segunda Guerra Mundial, os EUA emergiam como a maior potência econômica e militar global, transformando-se em verdadeiros “xerifes” do mundo, o início dos anos 1970 traziam sem seu bojo a deflagração de uma enorme crise econômica mundial. Para manter sua estrutura de dominação em voga, garantir o escoamento da gigantesca produção militar e exportar os conflitos internos para longe de seu território, os EUA ampliaram o que alguns autores chamaram de “imperialismo dos direitos huma-

nos”. Com o pretexto de levar democracia, os EUA intensificaram as intervenções em outros países, contribuindo com uma verdadeira generalização da militarização da vida cotidiana. Se o fortalecimento dos grupos armados ilegais era uma consequência imanente do proibicionismo, os EUA ampliaram o leque de estigmas sociais, criando a figura do terrorista e do narcotraficante.

A partir de Nixon assistimos à associação cada vez mais frequente entre o imaginário do que seriam os guerrilheiros que lutavam contra as ditaduras sangrentas do Cone Sul ou contra invasões externas e a ideia de “narcotraficante” e “terrorista”. Um exemplo notório é o caso da Colômbia, que se tornou um grande polo mundial de produção de cocaína, sendo um país com enormes desigualdades e altos índices de violência. Justamente aqueles opositores ao ordenamento social colombiano, que tem amplo apoio dos EUA, passaram a ser vinculados aos “narcotraficantes”, e o pretexto da Guerra às Drogas passou a ser utilizado para militarizar cada vez mais a vida cotidiana na Colômbia e ampliar os graus de violência daquele país. O mesmo fenômeno se repete nos países caribenhos e no Brasil a Guerra às Drogas se tornou o suporte jurídico-político do genocídio dos negros e do encarceramento em massa dos pobres e oprimidos.

Nesse sentido, assistimos à consolidação de uma política de controle social do uso de drogas que se insere diretamente na dinâmica da luta de classes em nível mundial. A partir da construção de determinadas concepções de saúde pública, a Medicina e demais práticas de saúde forneceram o arcabouço “científico” para a justificação do proibicionismo ao redor do globo. A Guerra às Drogas nasce como uma espécie de guia geral para a salvação da civilização ocidental, trazendo por trás de si as marcas do racismo e da eugenia. Quando aqueles que acertadamente denunciam os interesses genocidas da Guerra às Drogas defendem que o uso de substâncias psicoativas seja uma questão de “saúde pública”, devemos ir além e perguntar: mas que tipo de saúde pública? A saúde pública que nos interessa certamente não será aquela que transformará problemas sociais tão complexos em “problemas médicos”.

CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS E SUAS CONTRADIÇÕES REAIS: UM OLHAR PARA ALÉM DOS LIMITES DE CUSTO E VARIEDADE DE SELOS



Por Alexandre Mask

O ano é 2022. O debate ambiental, impulsionado pela crise climática e seus efeitos objetivamente percebidos, supera o negacionismo e torna-se um dos principais temas de debate no mundo, dada a possibilidade de esgotamento das condições de vida no planeta. Movimentos políticos globais, que se iniciaram no final do século passado e seguem cada vez mais aquecidos, resultaram no conceito de Desenvolvimento Sustentável. Em resumo, o conceito consiste em práticas que construam um desenvolvimento global ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável. Trata-se do equilíbrio entre a Economia, a Sociedade e o Meio Ambiente.

As Certificações Ambientais são instrumentos que surgiram para auxiliar as instituições públicas e privadas no cumprimento das metas do Desenvolvimento Sustentável. Conceitos como Qualidade, Indicadores e Índices formam a base para obter êxito no pleito de uma certificação, que reúne diversos requisitos para garantir o cumprimento das metas e objetivos que a constitui. Esses processos e práticas se expressam sob a forma de selos, adquiridos após longos períodos de avaliação e acompanhamento, que visam informar e proteger o consumidor final, além de manter as práticas comerciais aderentes ao tripé da sustentabilidade.

Entre as diversas vantagens das certificações ambientais, estão o aumento da competitividade das empresas, a certificação como estratégia empresarial, a ação preventiva contra danos através de au-

ditorias, e a efetivação do princípio da informação e diminuição das vulnerabilidades informacionais dos consumidores. Como desvantagem aparece a quantidade ilimitada de selos, dada a grande variedade de certificações, que resulta na elevação dos custos para adaptação da produção, resultando em uma “desvantagem comparativa” (SQUEFF, 2022). Essas desvantagens realmente se esgotam nos custos e na miríade de selos disponíveis no mercado?

O cenário atual de crise climática, devastação ambiental e esgotamento das relações de trabalho, que conduziu as lideranças globais ao debate acerca da necessidade inexorável de um Desenvolvimento Sustentável, é resultado do modelo de relações de produção capitalista. O capitalismo tem como objetivo principal o lucro, através da reprodução e da acumulação ilimitada do capital, forjada na exploração desenfreada dos recursos humanos e ambientais, para alcançar suas metas.

O ecossistema de certificações ambientais é composto por organizações não governamentais e por empresas de auditoria e avaliação privadas. No modo de produção com as características citadas, esse ecossistema depende de processos de avaliação e implementação de modelos de gestão normatizados para manter sua saúde financeira, e ser minimamente viável economicamente. Diante desse cenário, surge uma fragilidade significativa que pode trazer insegurança e falta de transparência nos processos de certificação.

Analisemos um caso específico, que envolveu o Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal), responsável pelo selo FSC, que garante o manejo correto de matéria-prima florestal, e sua cadeia produtiva é acompanhada por uma certificadora. Atualmente todo o produto brasileiro que chega à Europa é portador do selo FSC. Entretanto, o mercado interno corresponde a 65% de todo o consumo de madeira da Amazônia. No ano de 2007 foi iniciado o processo de certificação FSC da empresa baiana Veracel Celulose S/A¹. A instituição certificadora foi a SGS, líder no mercado de certificações, que concedeu o selo em 2008 para a Veracel. Entre as práticas em não conformidade com o FSC, a Veracel coleciona diversas em seus monocultivos, como utilização de agrotóxico a base de glifosato (RoundUp), multas por desmatamento ilegal e descumprimento de metas de regeneração florestal, centenas de violações trabalhistas e invasão de terras indígenas para cultivo de eucalipto. Essas práticas davam forma às vistas grossas da SGS. Todos esses fatos sucederam-se após a FSC ter revisado suas práticas de certificação de monoculturas, duramente criticadas por diversas ONGs e movimentos ambientalistas, a partir de 2004. O que deveria ser um processo que demonstraria a mudança nas práticas da FSC, tornou-se um movimento que ignorou todos os protestos e manifestações contrárias e ratificou o caráter meramente financeiro dos processos de certificação da líder no setor. O resultado foram toneladas de celulose forjadas em práticas antagônicas a todos os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Movimentos de entidades ambientais e publicações em grandes revistas do setor ambiental causaram grandes impactos posteriormente nas relações entre a Veracel e o FSC. Entretanto, revela-se claramente a fragilidade no processo de certificação onde empresas privadas são atores relevantes, e deslocam o objetivo de uma certificação ambiental para longe da preservação do Meio Ambiente, dando lugar ao mesmo lucro que trouxe a sociedade ao ponto crítico de crises ambientais que deram origem a este artigo, e que dialogam de forma crescente com a destruição do planeta, em direção à sexta extinção em massa da biodiversidade (COWIE et al, 2022).

O marketing ambiental, especialmente através do “greenwashing”², é comum e crescente no mercado, e é fator preponderante na fragilidade supracitada das certificações ambientais. O “greenwashing” se expressa nos custos ambientais camuflados de produtos ou serviços, falta de evidências da conformidade com a sustentabilidade, declarações vazias e amplas como “100% reciclável”, “100% natural”, “amigo da floresta”, dentre diversas frases de efeito que não se sustentam na realidade de quem vende essas

ideias. Em meio a diversas outras características que não cabem citar neste artigo, forma-se o Capitalismo Verde, onde o lucro escora-se na exploração do Meio Ambiente, e revela os limites do sistema capitalista, trazendo à luz questões se estes são intransponíveis ou remediáveis.

Para superar as questões aqui levantadas, faz-se necessária uma maior participação do Estado, para além de políticas públicas de incentivo, atuando de forma mais direta nos processos de certificação ambiental, e através de maiores investimentos em Educação Ambiental. Conscientização e desalienação da sociedade são condições sine qua non para o ser humano novamente enxergar-se como parte integrante do Meio Ambiente e definitivamente afastar-se do caminho da autodestruição em nome do lucro de alguns.

“O meio ambiente está comprometido há muito tempo. Nossa espécie será capaz de superar essa barreira?” – Fidel Castro

¹ A Veracel é uma multinacional que detém 100 mil hectares de monocultura de eucalipto para produção e exportação de celulose, em um território pelo menos duas vezes maior.

² Em português conhecido como “Maquiagem Verde”, consiste no ato de enganar os consumidores sobre práticas ambientais de uma organização ou benefícios ambientais de um determinado produto/serviço.

Referências:

AYRES, W. D.; **Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. Paraná, 2019. Apresentação de slides. Disponível em: https://studeo.unicesumar.edu.br/#/app/studeo/aluno/ambiente/disciplina/2019_EGRAD_G PUB2G-52_EGRAD_NGER100_004/2019_EGRAD_G PUB2G-52_EGRAD_NGER100_004. Acesso em: 20 nov. 2022.

CASTRO, Fidel; **La injustificable destrucción del medio ambiente**. Disponível em: <http://www.fidelcastro.cu/es/articulos/la-injustificable-destruccion-del-medio-ambiente>. Acesso em: 20 nov. 2022.

COWIE, R.H., BOUCHET, P.; FONTAINE, B.; **The Sixth Mass Extinction: fact, fiction or speculation?**. Biol Rev, 97: 640-663 (2022). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/brv.12816>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SQUEFF, Tatiana de A. F. R. Cardoso; **Certificações Ambientais: Alcances e limites da certificação ambiental**. Rio Grande do Sul: 2022. Disponível em: https://fmp.instructure.com/courses/729/files/84107/download?download_frd=1. Acesso em: 20 nov. 2022.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS VERDES. **FSC e Veracel Celulose: Certificação não confiável e não independente**. Boletim WRM 163. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt-articles-do-boletim/fsc-e-veracel-celulose-certificacao-nao-confiavel-e-nao-independente>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UESB



Por Bruno de Azevedo e Rafael Portugal

As Universidades Estaduais Baianas (UEBA), patrimônio de nosso povo, pedem socorro. A crise orçamentária que agrava a cada dia o serviço público baiano, aqui em especial as Universidades Públicas, vem atingindo de forma brutal as três categorias da comunidade acadêmica.

Grande parte do corpo estudantil das UEBA, oriundos da classe trabalhadora e excluídos historicamente do ensino superior, vem sendo afetados pelos cortes, contingenciamentos e pela falta de um programa estadual de assistência e permanência estudantil que atenda concretamente às necessidades de permanência.

Em 2022, a Lei de Cotas completa 10 anos de implementação. Os avanços garantidos, no que se refere ao acesso de grupos sociais historicamente excluídos das universidades brasileiras, são inegáveis. Contudo, é fato que, para além do acesso à universidade pública, é preciso garantir também a permanência.

Dentre as diversas políticas de permanência a serem garantidas nas universidades,

encontram-se aquelas voltadas para a alimentação, moradia e transporte, por exemplo. Tais políticas refletem-se, respectivamente, em restaurantes universitários acessíveis, residências universitárias, transporte gratuito e creches para garantir a permanência de mães e pais estudantes.

Na contramão disso, o Governo da Bahia, de Rui Costa (PT), que em 2015 aprovou de forma autoritária o Programa de Permanência Estudantil (PPE), além de centralizar as políticas de acesso e permanência na capital, tirando autonomia das UEBA, implementou um programa extremamente precarizado, meritocrático e que não compreende as especificidades das estaduais.

Nesse contexto, um dos principais problemas da permanência estudantil encontra-se na precarização dos Restaurantes Universitários (RUs). Tal problema afeta em diferentes níveis as quatro UEBA. A UNEB, que conta com 24 campi espalhados pelo estado, só tem RU no campus de Salvador. UEFS e UESC, apesar dos avanços, contam com diversos problemas.

A UESB, por sua vez, conta com RU em seus três campi, porém, todos com graves problemas de funcionamento. Em Conquista, especificamente, o RU nasce já de forma conturbada. Concluído em 2005, o Restaurante enfrentou grande atraso nas obras e, quando da inauguração, esta se deu com extrema violência, inclusive com presença da PM, haja vista que os estudantes do período protestaram contra os preços abusivos impostos pela Reitoria, à época, comandada pelo Professor Abel Rebouças.

Desde então, a situação do RU da UESB nunca foi estável. Os problemas vão desde a falta de funcionamento efetivo, passando pela má qualidade das refeições, altos preços e um mau atendimento. Recorrentes são os casos de intoxicação alimentar. Em 2017, por exemplo, 16 alunos passaram mal após almoçarem no RU¹. No período, chegou a circular um vídeo em que aparecia larva na comida. Em 2020, já com outra empresa na gestão (a atual), outro caso de intoxicação foi registrado e cerca de 41 pessoas notificaram o Diretório Central dos Estudantes (DCE) sobre mal estar após comer no RU².

Recentemente, novas denúncias: desde comida crua até presença de cabelo nos pratos, chegaram ao conhecimento público. Ao mesmo tempo, a direção da UESB surpreendeu a todos com o anúncio de ajuste nos valores das refeições em favor da empresa concessionária. Tal situação foi amenizada após protestos dos estudantes com mobilização de CAs e DCE para evitar que o aumento ocorresse.

Além disso, foi pautado pelo Movimento Estudantil da UESB a suspensão imediata do contrato com a empresa concessionária, tendo em vista que esta continuou a descumprir, mesmo após notificações, os termos estabelecidos no contrato junto à Universidade.

Após intensas discussões e mobilizações estudantis, no dia 15 de setembro de 2022, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Permanência e Assistência Estudantil da UESB (PROAPA) emitiu um informativo sobre a suspensão de contrato com a empresa gestora do RU, compreendendo o péssimo serviço prestado por esta. Após a saída efetiva da atual empresa, um serviço emergencial será implementado até que uma nova licitação seja realizada.

A grande questão que se coloca, agora, é pensar qual o modelo de RU melhor atenderá os e as estudantes da UESB. Primeiro, faz-se necessário que as mobilizações continuem em torno da garantia de um restaurante minimamente

digno para categoria estudantil. Segundo, seja com empresa A ou B, sabe-se que o verdadeiro impeditivo para um RU de qualidade encontra-se na lógica privatista do serviço público, que terceiriza setores essenciais para empresas que têm como único objetivo o lucro.

Para atacar essa lógica, porém, é preciso pautar um outro modelo de assistência e permanência estudantil, bem como um outro modelo de universidade. É preciso pensar em uma universidade pública e em um programa de assistência e permanência que tenham compromisso com as necessidades materiais de estudantes e trabalhadores, e não com setores da burguesia que se utilizam de recursos públicos para se manterem no falso jogo da “livre concorrência”.

É justamente da lógica das privatizações, que paira nas universidades, que advém às problemáticas apontadas acima. Na Bahia, os Restaurantes Universitários estão todos nas mãos de empresas privadas, que prestam um serviço precarizado.

A terceirização, além de ser um retrocesso, ao colocar os trabalhadores contratados pelas empresas a prestarem um serviço precário, é também problemática pois nega ao conjunto dos estudantes a função básica do RU: garantir a permanência dos estudantes nas universidades. O que não vem acontecendo, uma vez que ao terceirizar o serviço, o lucro toma o lugar da permanência.

Por fim, entendemos que para estudar com saúde e segurança alimentar, é preciso pautar um Restaurante Universitário Popular, que passa mais do que nunca pela construção de um novo modelo de universidade, que atenda de fato as necessidades concretas de nossa classe, um RU que tenha em seu fim a permanência estudantil e não o lucro.

[1] Alunos da Uesb denunciam intoxicação no RU; vídeo mostra larva em comida: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/alunos-da-uesb-denunciam-intoxicacao-no-ru-video-mostra-larva-em-comida/>

[2] Estudantes da Uesb denunciam intoxicação alimentar após alimentação no Restaurante Universitário: <https://adusb.org.br/web/page?slug=news&id=10294&pslug>

ENTREVISTA DO MOMENTO RENATA REGINA ABREU



Por Milton Pinheiro

Renata Regina tem 31 anos, militante feminista, mãe adepta de uma maternagem ativa, trabalhadora, doula, estudante de enfermagem na UFMG. Sua militância no PCB começou há 18 anos, no movimento estudantil secundarista. Foi diretora da UBES (2003 a 2005), vice-presidente da UCMG (2004 a 2006). Na universidade, foi da gestão do DCE (2015/2016) e do GT de Mães e Pais estudantes. Participou do processo de aprovação e derrubada do veto a lei da doula em Belo Horizonte, e do projeto de lei que garante às mulheres o direito de amamentar onde e quando quiser.

O MOMENTO - Você é uma importante militante social no estado de Minas Gerais. Poderia nos falar um pouco da sua trajetória.

Renata - Moro e atuo politicamente em BH, sou doula, mãe solo da Alice, fotógrafa e jornalista em formação. Comecei minha atuação política muito cedo, organizando o grêmio estudantil na escola onde estudava, já estive candidata a deputada estadual em 2014, e a deputada Federal (2018).

Tenho uma trajetória de luta que começa no

movimento estudantil secundarista, universitário e nos movimentos feministas, sempre atuei ativamente nas lutas em defesa da educação pública, em defesa do SUS, pela humanização do parto e nascimento, em defesa do aleitamento materno, dos direitos das mulheres e das crianças e de toda a classe trabalhadora.

Sou uma das fundadoras e estou diretora de comunicação da Minas de Doulas, associação estadual de Doulas de MG. Também sou fundadora e hoje integro a Coordenação Nacional do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CF-

CAM). Faço parte da organização do 8 de março unificado RMBH e dos atos feministas ao longo do ano em nossa cidade.

O MOMENTO - Na última eleição você concorreu para governadora, como foi essa experiência numa quadra política tão tensa?

Renata - Foi uma experiência desafiadora! Tão difícil quanto necessária. Num processo eleitoral no qual setores da esquerda apresentavam o também neoliberal Kalil, do PSD, como "alternativa" ao governo ultraliberal de Zema, entendemos como fundamental lançar candidatura própria e apresentar uma alternativa popular e revolucionária para os trabalhadores mineiros.

Começamos nossa pré-campanha em fevereiro, foram quase 8 meses de intensa agenda, passando por mais de 30 cidades e por todas as macrorregiões do nosso estado.

Apresentamos o projeto político do PCB para Minas, nosso programa trouxe um conjunto de propostas com o objetivo de melhorar efetivamente as condições de vida do nosso povo, com a construção do poder popular e medidas efetivas de combate à fome com reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar e promoção da agroecologia, reforma urbana e programa de habitação para avançar para o déficit habitacional zero, propostas para geração de emprego e renda e para o fortalecimento e expansão dos serviços públicos, com valorização dos servidores, nomeação de aprovados e abertura de novos concursos públicos, para garantir condições de trabalho e o acesso a direitos com atendimento de qualidade para população.

Fizemos uma bonita campanha, coletiva, com muita luta e compromisso da nossa militância, com recursos financeiros limitados, sem tempo no horário eleitoral gratuito e enfrentando o bloqueio da mídia burguesa. Mesmo com todas as dificuldades, chegamos a pontuar na maioria das pesquisas eleitorais e conseguimos alcançar muitas pessoas que estão em processo de aproximação e organização no PCB e seus coletivos. O PCB saiu fortalecido e consolidado nesse processo eleitoral em quase todas as regiões de Minas Gerais.

O MOMENTO - Como é hoje o panorama político e social de Minas Gerais governada pelo ultraliberalismo?

Renata - Em Minas Gerais, o Governador Zema (Novo) foi reeleito no primeiro turno, o que significa uma derrota para o povo trabalhador mineiro. Os ataques contra os servidores públicos

estaduais, o processo de privatização das empresas públicas mineiras, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o processo de criminalização dos movimentos populares, dentre outras coisas, deve se intensificar.

Zema é empresário e dobrou seu patrimônio desde que assumiu o governo. Atua, desde o seu primeiro dia de governo, no desmonte e precarização dos serviços e servidores públicos enquanto avançava na sua ofensiva pela privatização. Foram várias investidas contra a educação, a saúde, as empresas públicas como CEMIG, COPASA, vale destacar, empresas altamente lucrativas que são apontadas pelo governo como deficitárias. Um governador que descumpra a lei Mar de Lama Nunca Mais, aprovada na ALMG, após os primeiros dias de seu primeiro governo, quando aconteceu um dos maiores crimes ambientais do nosso país.

O governador atua favorecendo as mineradoras, facilitando licenciamentos, deixando de fiscalizar e ignorando toda sorte de irregularidades. Menos de um mês após ser reeleito, o governador bolsonarista já publicou edital para concessão de dois parques estaduais para iniciativa privada, com leilão previsto para ser realizado no próximo dia 21. No último dia 24, declarou publicamente em entrevista, que vai entregar os hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais para a iniciativa privada por meio das OS. Zema se fortaleceu ao ser reeleito com quase 60% dos votos e já deixa evidente que no seu segundo mandato vai intensificar os processos de privatização e transferência de recursos públicos para a iniciativa privada.

O MOMENTO - Hoje, você é uma dirigente comunista. Qual foi seu percurso no PCB?

Renata - Tenho mais de 20 anos de atuação política, todos eles como militante no PCB. Conheci a UJC e o PCB no processo de construção do grêmio estudantil onde estudava e, após participar do congresso da UBES em 2001 e ver a atuação da juventude nesse espaço, me identifiquei e decidi que era a organização onde deveria atuar. Quando fui recrutada, me organizava na célula secundarista do partido.

Particpei do processo de reorganização da UJC e do congresso que foi realizado em BH, em 2006, no qual fui eleita para coordenação nacional. No mesmo ano, começamos o processo de organização do Coletivo Ana Montenegro em Belo Horizonte, participei de todo o processo de organização nacional que culminou no

encontro nacional realizado em 2015 quando aprovamos as primeiras resoluções do CFCAM. Hoje, componho a secretaria de agitação e propaganda da coordenação nacional. Fui diretora de mulheres da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), presidenta da União Colégio de Minas Gerais (UCMG), no movimento estudantil universitário fui do DCE UFMG e do GT de mães e pais estudantes.

Ao longo desses anos de organização no partido, fui me formando enquanto quadro e dirigente. Hoje, sou secretária política do PCB em BH, componho o Comitê Regional e desde o último congresso do partido componho também o Comitê Central. O PCB é o partido de maior longevidade em nosso país e, ao longo do seu centenário, se destacou por formar e atrair para suas fileiras importantes militantes e é motivo de muito orgulho poder fazer parte dessa história e hoje estar na direção do partido junto a tantos camaradas valorosos.

O MOMENTO - Como examina a conjuntura da crise brasileira, da queda de Bolsonaro e da vitória de Lula?

Renata - Atravessamos um momento muito difícil, a crise do capitalismo que se aprofundou em nosso país com o golpe em 2016, a eleição de Bolsonaro em 2018 e a pandemia do Covid-19 desde de 2020. O congelamento dos recursos públicos, a retirada de direitos da classe trabalhadora, o aumento da fome, do desemprego, os elevados preços dos alimentos e combustíveis tornam as condições de vida da classe trabalhadora cada vez mais precárias.

A vitória de Lula no segundo turno foi um passo importante para a garantia das liberdades democráticas em nosso país, mas setores conservadores e reacionários de caráter fascista ganharam força na câmara e no senado enquanto sua base de apoio se fortalece. Mesmo após uma política desastrosa de combate a pandemia que fez com que nosso país fosse o segundo com maior número de mortos pela covid no mundo e os ataques sistemáticos aos nossos direitos, Bolsonaro alcançou 49,1% dos votos.

O momento exige que se intensifique os processos de mobilização e ocupação das ruas, na defesa das liberdades democráticas, para derrotar o bolsonarismo fascista, enfrentar os retrocessos que sofremos nos últimos anos.

O MOMENTO - Bolsonaro foi derrotado nas urnas, mas o bolsonarismo encontra-se nas ruas. Como enfrentá-lo?

Renata - Frente à atual conjuntura de fome, retirada de direitos e ameaças golpistas, é preciso aglutinar as lutas dos movimentos, sindical, estudantil e populares em torno da revogação do teto de gastos e das contrarreformas que retiraram direitos e precarizaram ainda mais as relações de trabalho. Somente uma mobilização ampla, contínua e organizada dos trabalhadores, que vai muito além do processo eleitoral, poderá barrar e reverter privatizações, contrarreformas e todos os ataques aos nossos direitos. Devemos fortalecer a organização e resistência do movimento sindical, popular e da juventude. A unidade da esquerda radical também é importante na derrota do bolsonarismo.

Precisamos seguir firmes no processo de mobilização e ocupação das ruas para fazer o devido enfrentamento ao fascismo e também pautando as necessidades de nossa classe de modo a não deixar que uma nova política de conciliação de classes determine nossas pautas e enfraqueça o processo de organização e luta do nosso povo.

O MOMENTO - Quais são as tarefas dos comunistas no atual estágio da luta de classes em nosso país?

Renata - Nós, comunistas, lutamos pela transformação radical da sociedade atual, visando a superação do sistema capitalista pelo socialismo, na perspectiva da construção da sociedade comunista. Somente a intensa luta política e ideológica e a participação ativa das massas trabalhadoras será capaz de promover os embates sociais e a ampla mobilização em torno do projeto socialista e de uma nova visão de mundo que destrua a lógica capitalista e perversa que hoje nos domina e avance para emancipação de toda a humanidade.

Ao longo dos cem anos do nosso partido, sempre estivemos presentes nas lutas em defesa da classe trabalhadora, fomos protagonistas em muitas mobilizações e conquistas da nossa classe e seguimos dando continuidade e construindo o legado de todos os camaradas que construíram nosso partido. Precisamos seguir avançando no fortalecimento do partido e no processo de organização e luta da classe trabalhadora, pelo poder popular no rumo do socialismo.

HAITI, SOBERANIA VIOLADA



Foto: REUTERS/Ralph Tedy Erol

Por Guilherme Corona

A República do Haiti, comumente conhecida como Haiti, foi o primeiro país da América Latina e Caribe a conquistar sua independência, com uma revolta de escravizados que começa em 1791 e se conclui em 1804, marcando a única revolução do continente feita integralmente por escravizados e libertos, sendo os primeiros líderes de governo da ilha todos ex-escravos. Inspirados pela Revolução Francesa, os haitianos levaram até o fim os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, e nunca seriam perdoados por isso.

Conquistada a independência da França, foi logo ela violada, pela imposição injusta de um bloqueio econômico que dura 60 anos, promovido por estadunidenses e europeus, temerosos que seus próprios escravizados se levantassem em nome das ideias que eles juraram defender apenas alguns anos antes, era a primeira face da reação, do esgotamento do espírito revolucionário burguês, a classe dominante agora não precisava do apoio dos populares.

Esse bloqueio só viria a acabar por iniciativa da própria ilha, sob liderança de Jean Pierre

Boyer, que acorda com a França uma indenização de 150 milhões de francos, indenização que, mesmo reduzida para 90 milhões, destruiria a economia do país. Nesta segunda violação de sua soberania, o Haiti teve que pagar, literalmente, a sua alforria, agora com ouro, o que já tinha sido quitado com sangue.

Agora sem bloqueios, o Haiti teria uma chance de olhar para o futuro, chance logo suprimida pela ocupação estadunidense de 1915, que iria até 1934, com aplicação de lei marcial para degolar qualquer oposição, inaugurando mais uma tragédia para a soberania caribenha, e mais um período de instabilidade política para a ilha.

Essa instabilidade daria uma pausa em 1957, com a eleição de François Duvalier, famoso Papa Doc, que daria início a uma feroz ditadura financiada pelos Estados Unidos, continuada pelo seu filho Jean-Claude, o Baby Doc, após sua morte. O terror iria até 1986, quando em estado de sítio, Baby Doc, com medo da reação popular, foge do país e são convocadas novas eleições, marcadas por grande abstenção.

Viria então mais uma época de tensionamentos políticos, com uma disputa pelo poder capitaneada por Raoul Cédras e Jean-Bertrand Aristide, o primeiro daria um golpe de estado, forçando Aristide a se refugiar nos EUA, sendo somente reempossado por uma intervenção militar liderada pelos ianques em 1994. Aqui se abre uma pequena janela de progresso, encerrada pela deposição de Aristide e a invasão imperialista do país, disfarçada de missão de paz e apelidada de MINUSTAH.

Essa "missão de paz", liderada pelo Brasil e protagonizada por nomes como General Augusto Heleno, fez de tudo, menos construir um processo de paz. Se alastrou o crime organizado, cresceu a violência, se organizaram massacres, se testaram táticas e técnicas de repressão de movimentos populares, os generais brasileiros tinham encontrado seu laboratório de violência, colocando o Brasil como principal violador da soberania da ilha.

Para além da interferência externa, os desastres naturais não dariam nenhuma brecha ao país, que experimentaria o terremoto mais destrutivo dos últimos cem anos, tendo até mesmo reconhecimento da ONU quanto a gravidade do acontecimento. Mas estaríamos nos enganando se pensássemos que foi o terremoto o causador da miséria, quando na verdade é a miséria generalizada que impede que a população do Haiti se recuperasse do desastre.

Em 2014 se encerraria a MINUSTAH, com nada para mostrar além de mortos e desaparecidos, e uma situação mais grave do que a anterior, e não poderia ser de outra forma, nada de bom poderia vir de uma intervenção militar imperialista, intervenção que já nasce equivocada ao se basear no militarismo, perpetuando a violência capitalista, sem oferecer saídas reais e nem criar bases para um processo de paz e progresso.

É pelo clima de violência generalizada, pobreza, miséria, e questões sociais não tratadas, que o assassinato do presidente haitiano Jovenel Moïse em 2021 configura mais uma novidade do que uma surpresa, a violência brutal que assola o país não poderia ficar para sempre contida nos becos e nas favelas, a erupção da violência política chegaria mais hora menos hora aos principais círculos do poder.

A surpresa vem na verdade de um pedido do primeiro-ministro do país no mês de outubro, que incapaz de lidar com as contradições internas de seu regime e da situação de cala-

midade do país, solicita intervenção estrangeira para repelir o crime organizado e retomar a "normalidade" no país. Tudo isso em meio a um surto de cólera, doença introduzida no país pelas próprias forças da paz da ONU, em 2010.

Apesar dos pedidos cínicos, a iniciativa fracassa, tanto pela indisposição dos EUA em assumir mais um fronte de combate quanto pela fragilização de sua hegemonia no cenário internacional. Já que mesmo após prometer armas e treinamento, não conseguiu encontrar voluntários para comandar a invasão.

A situação no país caribenho é de calamidade, há cólera, miséria e fome. Num país onde mais da metade da população e mais da metade da economia é rural, há de se importar mais de 80% das necessidades básicas de alimentação, enquanto se exporta manga e cacau, para os pequenos produtores, não há terra ou capital, enquanto a expropriação das riquezas do país segue solta.

Contudo, não é pela intervenção estrangeira que se constrói um futuro, e sim pela organização popular, pelo fortalecimento das forças do proletariado e do movimento popular, pela construção de um governo verdadeiramente democrático, e, por fim, pela edificação da revolução socialista.

Clamamos o fim de qualquer intervenção estrangeira no Haiti, a construção de uma alternativa socialista e soberana e que sejam pagas todas as dívidas históricas do imperialismo com o Haiti. Por um Haiti socialista e soberano. Fora ianques. Viva ao país dos jacobinos negros.

ESPAÇO CULTURAL

GAL COSTA



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Por Camila Oliver

Nesta edição de novembro, O Momento faz homenagem a Gal Maria da Graça Penna Burgos Costa, a nossa queridíssima Gal Costa. Nascida na cidade de Salvador, Bahia, em 26 de setembro de 1945, esta potente intérprete chegou a ser eleita, em 2012, a sétima maior voz da música brasileira pela revista Rolling Stone Brasil. Em seus 57 anos de carreira, Gal gravou e tornou emblemáticas em sua voz músicas de compositores consagrados tais quais Chico Buarque, Caetano Veloso, Tom Jobim, Gilberto Gil, Dorival Caymmi, dentre outros. Em 2011, ganhou o Prêmio Grammy Latino à Excelência Musical.

Neste ano, 2022, Gal viajava pelo Brasil com a sua turnê "As várias pontas de uma estrela", interpretando sucessos da MPB dos anos 1980. Todavia, enquanto recuperava-se de uma cirurgia para retirada de um nódulo na fossa nasal direita, veio a falecer no dia 09 de novembro de 2022.

Deixamos aqui duas letras de canções por ela interpretadas. "Meu nome é Gal", composta por Roberto e Erasmo Carlos (outra grande perda para a música brasileira neste ano), que integrou o seu segundo disco solo Gal (1969); e a segunda, dedicamos por saber que era adepta do candomblé, tendo sido iniciada no Terreiro do Gantois, por Mãe Menininha: "Oração de Mãe Menininha", composta por Dorival Caymmi, em algumas gravações fez dueto com Maria Bethânia.

Meu Nome é Gal

Meu nome é Gal

E desejo me corresponder com um rapaz que seja o tal

Meu nome é Gal

E não faz mal

Que ele não seja branco, não tenha cultura

De qualquer altura, eu amo igual

Meu nome é Gal

E tanto faz

Que ele tenha defeito ou traga no peito crença ou tradição

Meu nome é Gal

Eu amo igual

Meu nome é Gal

Meu nome é Gal, tenho 24 anos

Nasci na Barra Avenida, Bahia

Todo dia eu sonho alguém pra mim

Acredito em Deus, gosto de baile, cinema

Admiro Caetano, Gil, Roberto, Erasmo

ESPAÇO CULTURAL

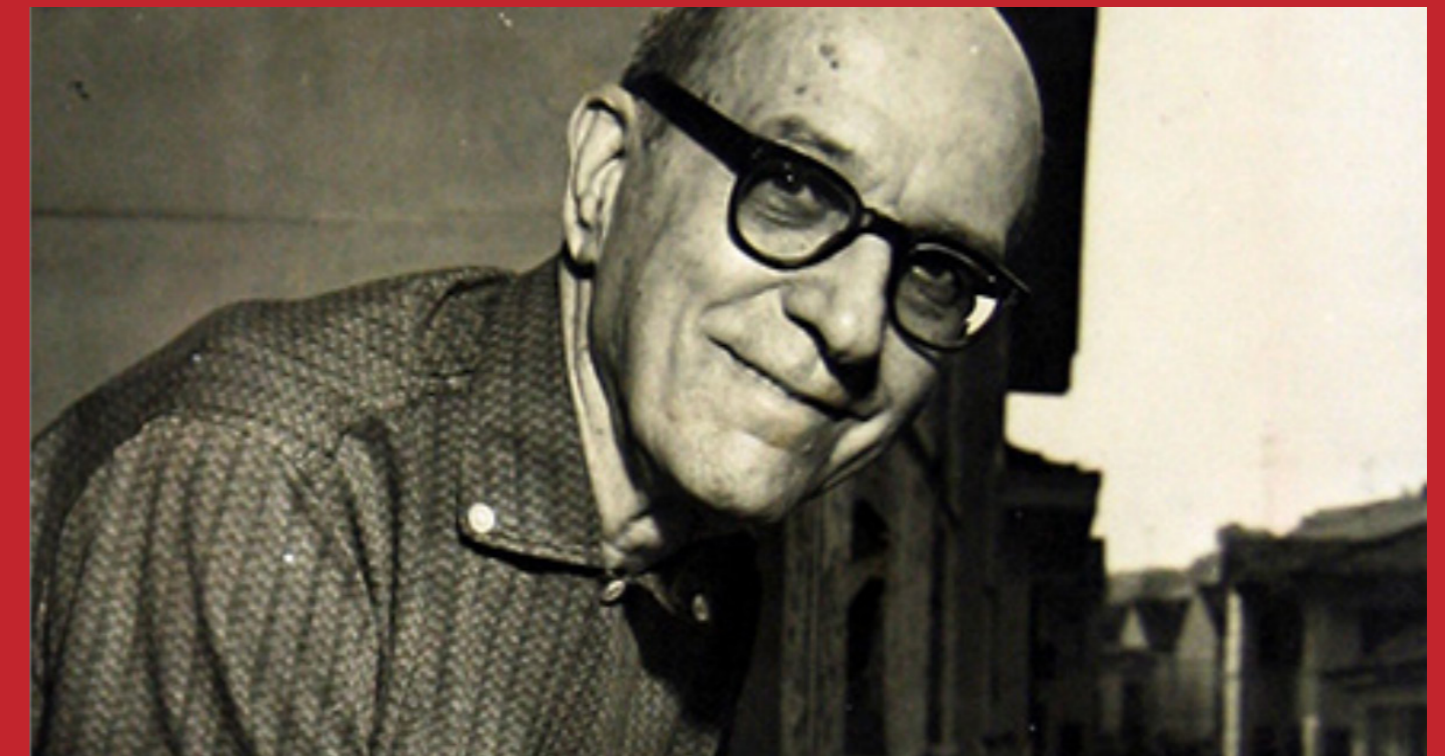
Macalé, Paulinho da Viola, Lanny
Rogério Sganzerla, Jorge Ben, Rogério Duprat
Waly, Dircinho, Nando e o pessoal da pesada
E se um dia eu tiver alguém com bastante amor pra me dar
Não precisa sobrenome
Pois é o amor que faz o homem
Meu nome é Gal
E desejo me corresponder com um rapaz que seja o tal
Meu nome é Gal
E não faz mal
Que ele não seja branco, não tenha cultura
De qualquer altura, eu amo igual
Ah, meu nome é Gal
E tanto faz
Que ele tenha defeito ou traga no peito crença ou tradição
Ah, meu nome é Gal
Eu amo igual
Meu nome é Gal
Meu nome é Gal
Eu amo igual
Meu nome é Gal, meu nome é Gal, meu nome é Gal
Eu amo igual
Meu nome é Gal
Meu nome é Gal
Meu nome é Gal
Meu nome é Gal
Meu nome é Gal, meu nome, meu nome
Meu nome é Gal

Oração de Mãe Menininha
Ai minha mãe
Minha Mãe Menininha
Ai minha mãe
Menininha do Gantois
A estrela mais linda, hein? Tá no Gantois

E o sol mais brilhante, hein? Tá no Gantois
A beleza do mundo, hein? Tá no Gantois
E a mão da doçura, hein? Tá no Gantois
O consolo da gente, hein? Tá no Gantois
E a Oxum mais bonita, hein? Tá no Gantois
Olorum quem mandou
Essa filha de Oxum
Tomar conta da gente
E de tudo cuidar
Olorum quem mandou ô ô
Ora iê iê ô...
Ora iê iê ô...

MEMÓRIA

ASTROJILDO PEREIRA - O MAIOR HOMEM DE SUA TERRA



Por Rômulo Caires

"Naquele momento, o seu coração bateu sozinho pela alma de uma nacionalidade. Naquele meio segundo — no meio segundo em que ele estreitou o peito moribundo de Machado de Assis, aquele menino foi o maior homem de sua terra." (Euclides da Cunha em 'A última visita')

Assim Euclides da Cunha escrevia sobre a famosa visita de Astrojildo Pereira à Machado de Assis, durante os momentos finais da vida do grande escritor brasileiro. Era 1908, tempo de Primeira República, pouco anos antes da grande campanha civilista pela eleição de Ruy Barbosa contra o militar Hermes da Fonseca. Machado estava em seu leito de morte, tinha diante de si aquelas poucas pessoas que compunham seu círculo íntimo, incluso nomes como o do escritor carioca Coelho Netto. Astrojildo, então um jovem de 18 anos, entrou de repente, não quis se identificar, beijou a mão de Machado, levantou-se e foi embora. O gesto marcaria a personalidade modesta de Astrojildo e ao mesmo tempo eternizaria o seu profundo humanismo e admiração pelas letras brasileiras.

Astrojildo Pereira Duarte Silva nasceu em 1890 em Rio Bonito, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente mudou-se para Niterói, passou alguns anos em colégio aristocrático até a deci-

são de largar a escola e romper com antigos laços. O autodidatismo marcará sua trajetória, fato que não era incomum aos intelectuais do período. Foi operário gráfico e depois jornalista. Em 1911 fez viagem pela Europa e se introduziu nos círculos anarquistas. A derrota de Ruy Barbosa em 1910 calou fundo em Astrojildo, mas seu ímpeto de luta só aumentou e por isso decidiu-se pelo anarquismo.

A partir de então, Astrojildo tornou-se figura destacada no movimento operário, escrevendo para diversos jornais anarquistas, participando das crescentes greves e sendo importante organizador das lutas sindicais. O refluxo do anarcossindicalismo e a vitória da Revolução Russa de 1917 funcionaram como um novo marco na vida de Astrojildo, que se juntaria a outros combatentes destacados para fundar o Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. No mesmo ano, assistiríamos em São Paulo à Semana de Arte Moderna, contraditório movimento, mas que em conjunto aos outros acontecimentos do período, sinalizava para uma nova época no Brasil e no mundo.

Por cerca de 8 anos, Astrojildo será secretário-geral do PCB e guiará o partido na construção de seus quadros partidários, na dedicação cada vez maior ao estudo da realidade nacional e será decisivo na amplia-

ção do leque de alianças do PCB. Grande intelectual que era, Astrojildo foi capaz de absorver as principais contribuições da Internacional Comunista sem perder de vista as particularidades do Brasil. Com a mais recente republicação de sua obra, podemos notar claramente o refinamento teórico de Astrojildo, sua independência intelectual e sua grande capacidade política. Definitivamente, com Astrojildo não tivemos “derrota da dialética” como quer Leandro Konder.

Em 1931, e com a patética política obrerista que invadiu o PCB, Astrojildo foi expulso do partido. Que tipo de partido expulsa Astrojildo Pereira? Que tipo de partido expurga o maior quadro comunista brasileiro dos anos 20, aquele que não só impediu que o partido se transformasse em seita irrelevante como trouxe decisivas contribuições para o avanço da consciência de classe no Brasil e para as formulações estratégicas da Revolução Socialista em nosso país? Aquele mesmo que viajou até a Bolívia para encontrar o Cavaleiro da Esperança e ser decisivo no recrutamento e formação política do maior líder comunista da história do Brasil, Luiz Carlos Prestes.

O tempo longe do PCB permitiu Astrojildo dedicação integral à outra de suas grandes paixões: a literatura. O grande político era também um grande escritor. Releu com afinco a obra de Machado de Assis e produziu aquelas que certamente são das mais notáveis páginas do acervo crítico do Bruxo do Cosme Velho. Mas, não só de Machado de Assis viveu Astrojildo. Analisou com precisão a gênese do romance brasileiro a partir de figuras como Joaquim Manoel de Macedo e Manoel Antônio de Almeida, focando-se na ideia de um estudo dos costumes urbanos.

É famosa a paixão de Astrojildo pelo Rio de Janeiro e na figura de Lima Barreto ele encontrou páginas notáveis sobre a vida urbana na capital da República. Apesar de ter produzido belos textos sobre a vida e a obra do criador de *Gonzaga de Sá*, é de se lamentar que Astrojildo não tenha escrito obra separada tal qual fez com Machado. Quem também diz isso é Nelson Werneck Sodré, que passou a vida cobrando esse livro de Astrojildo. Para o grande historiador, apenas Astrojildo poderia escrever a obra que desmistificasse toda a série de equívocos sobre os escritos de Lima, de quem Astrojildo foi amigo. Para Sodré, somente Astrojildo escreveria um livro à altura de um dos maiores de nossos romancistas.

Os anos 30 foram bastante difíceis na vida de Astrojildo. Estar fora do PCB, a quem tanto dedicou pesava em seu destino. Mas, ele não conseguiu ficar totalmente longe da política. Participou das lutas antifascistas e escreveu textos clarividentes sobre o Integralismo. No calor do momento, Astrojildo identificava

no Integralismo um movimento da Contrarrevolução e foi capaz de analisar o movimento de extrema-direita brasileiro sem recorrer à modelos copiados que ignoravam o específico de nossa realidade nacional.

Astrojildo Pereira volta ao PCB nos anos 40, tem participação saudada no I Congresso dos Escritores Brasileiros e chega a ser novamente eleito para o Comitê Central do Partido nos anos de 1960. Seu retorno foi mais focado na construção de uma política cultural que desse conta de nossos enormes desafios. Dirigiu importantes revistas como *Literatura e Estudos Sociais*, esta última revista teórica do PCB que aglutinou desde nomes consagrados a jovens intelectuais que teriam seus nomes cada vez mais conhecidos nos próximos anos. A Ditadura não perdoou Astrojildo, que foi preso após o Golpe de 64, passando alguns meses no cárcere. Muito doente, teve habeas corpus aceito e pôde passar seus últimos dias em liberdade.

No ano do centenário do PCB, faz-se fundamental rememorar a vida e a obra do grande homem, escritor, brasileiro e comunista que foi Astrojildo Pereira. Sua modéstia, dedicação, generosidade e coragem serão sempre lembradas por todas e todos aqueles interessados em transformar radicalmente a realidade opressora do capitalismo. Astrojildo era profundamente ligado ao seu país, mas nunca deixou por um segundo de lembrar que a Revolução é internacionalista ou não será. Foi uma das raras figuras que conseguiram unir com grandeza teoria e prática, a essência do legado marxista. Modesto que era, Astrojildo nunca aceitaria a pecha de “gênio”. Mas, podemos dizer junto com Astrojildo que não é meramente uma questão de modéstia, pois ele sabia que a emancipação de um só se dará com a emancipação de todos.

Viva o legado de Astrojildo Pereira!